

**XIV CONCURSO PARA INGRESSO NA
MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

(1ª FASE - 1ª PROVA)

1. Considera as assertivas abaixo:

- I - A descon sideração da personalidade jurídica, conhecida no direito americano e alemão pela denominação “Disregard Theory” ou “Disregard of the Legal Entity” ou Lifting the Corporate Veil”, foi divulgada no Brasil por Rubens Requião, no trabalho intitulado “Disregard Doctrine” e visa a responsabilidade pessoal dos sócios sempre que caracterizado ato praticado com excesso de poder ou infração de lei.
- II - O sócio que se despedir antes de dissolvida a sociedade ficará responsável pelas obrigações contraídas e perdas havidas até o momento da despedida. No caso de haver lucros a esse tempo existentes, a sociedade tem direito de reter os fundos e interesses do sócio que se despedir, ou que for despedido com causa justificada, até se liquidarem todas as negociações pendentes que houverem sido intentadas antes da despedida.
- III - Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade senão nos casos previstos em lei; o sócio, demandado pelo pagamento da dívida, tem direito a exigir que sejam primeiro executados os bens dos outros sócios.
- IV - Cumpre ao sócio, que alegar o benefício de ordem, nomear bens dos demais sócios, sitos na mesma comarca, livres e desembargados, quantos bastem para pagar o débito.
- V - Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados e a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

Assinale a alternativa correta:

- a - () As assertivas I, III e IV estão incorretas
 - b - () As assertivas III e IV estão corretas
 - c - () As assertivas I, II e V estão incorretas
 - d - () As assertivas III e IV estão incorretas
 - e - () n.d.a.
2. O princípio segundo o qual “em relação a cada imóvel adequadamente individuado, deve existir uma cadeia de titularidades à vista da qual só se fará a inscrição de um direito se o outorgante dele aparecer no registro como seu titular”, caracteriza:
- a - () Princípio dos registros de imóveis de São Paulo;
 - b - () Princípio da continuidade dos Registros Públicos;
 - c - () Princípio da inscrição das escrituras públicas;
 - d - () Princípio da interpretação mais favorável quando feita a penhora de imóveis pela Justiça do Trabalho;
 - e - () Princípio de proteção contra a fraude à execução e contra credores.

3. Leia com atenção as assertivas abaixo:

- I - A procuração passada nos autos de um processo pela própria parte perante o Juiz, terá validade somente para a causa ou demanda em cujos autos foi lavrada.
- II - Todo contrato de trato sucessivo e dependente de prestações futuras possibilita alterações ou a resolução da avença, caso as condições fáticas sofram alterações profundas.
- III - A estipulação nos contratos de que não haverá responsabilidade por evicção.
- IV - Nos contratos bilaterais nenhum dos contratantes pode, antes de cumpridas suas obrigações, exigir o cumprimento das do outro.
- V - O contrato faz lei entre as partes convenientes, adquire, entre as mesmas, força vinculatória, de modo que elas só se liberam do cumprimento das obrigações ajustadas mediante distrato ou impossibilidade decorrente de força maior ou caso fortuito.

Pergunta-se pela ordem:

- a - () I - Trata-se da cláusula “res in iudicium deducta”; II - Trata-se da cláusula “res inter alios acta”; III - Trata-se da cláusula “rebus sic stantibus”; IV - Trata-se da cláusula de “non praestando eviczione” e V - Trata-se da procuração “apud acta”.
- b - () I - Trata-se da procuração “apud acta”; II - Trata-se da cláusula “rebus sic stantibus”; III - Trata-se da cláusula de “non praestando eviczione”; IV - Trata-se da cláusula “exceptio non adimplenti contractus” e V - Trata-se da cláusula “pacta sunt servanda”.
- c - () I - Trata-se da procuração “apud acta”; II - Trata-se da cláusula “exceptio non adimplenti contractus”; III - Trata-se da cláusula “rebus sic stantibus”; IV - Trata-se da cláusula de “non praestando eviczione” e V - Trata-se da cláusula “pacta sunt servanda”.
- d - () As alternativas “a”, “b” e “c” estão incorretas
- e - () n.d.a.

4. Assinale a alternativa correta:

- a - () As partes, em um tratado, são necessariamente pessoas jurídicas de direito internacional público;
- b - () As partes, em um tratado, são necessariamente pessoas jurídicas de direito internacional público, desde que o objeto do tratado seja matéria de ordem pública;
- c - () As partes, em um tratado, podem ser pessoas jurídicas de direito privado, se de ordem privada for a matéria de seu objeto;
- d - () Diante do fenômeno da globalização da economia, com a criação dos chamados blocos econômicos, como a União Européia e o Mercosul, tem-se atribuído personalidade jurídica internacional e capacidade para celebrar tratados a determinadas entidades privadas internacionais;
- e - () São corretas as alternativas “b” e “c”.

5. A compensação efetua-se:

- a - () Entre dívidas ilíquidas e vencidas;
- b - () Entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis;
- c - () Entre dívidas ilíquidas, a vencer e de coisas fungíveis;

- d - () Entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis;
 - e - () Entre dívidas ilíquidas, a vencer e de coisas infungíveis;
6. O procedimento cautelar pode ser instaurado:
- a - () Somente no curso do processo principal e deste é sempre dependente;
 - b - () Antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente;
 - c - () Antes do curso do processo principal e deste é sempre independente;
 - d - () No curso do processo principal e deste é sempre independente;
 - e - () n.d.a.
7. A investidura em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do emprego, na forma prevista em lei. Com efeito, é correto afirmar que:
- a - () A não observância desse requisito implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei;
 - b - () A não observância desse requisito implicará a anulabilidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei;
 - c - () A não observância desse requisito implicará apenas a nulidade do ato;
 - d - () A não observância desse requisito implicará apenas a punição da autoridade responsável;
 - e - () A não observância desse requisito nenhuma consequência trará ao empregado porque a relação de emprego com o ente público não se sujeita ao princípio da legalidade, mas sim ao princípio do contrato realidade.
8. Com relação à trabalhadora doméstica, podemos afirmar que:
- a - () A Constituição Federal não lhe assegurou o direito ao salário-maternidade;
 - b - () Tem direito ao salário-maternidade, que receberá da Previdência Social;
 - c - () Tem direito ao salário-maternidade, que receberá do empregador;
 - d - () Tem direito ao salário-maternidade, que receberá do empregador, e cujo valor pago será ressarcido a este pela Previdência Social;
 - e - () n.d.a.
9. A criação da Organização Internacional do Trabalho decorreu:
- a - () Da carta de São Francisco, que fez dos direitos humanos um dos axiomas dessa organização (OIT), conferindo-lhe uma estrutura constitucional no ordenamento dos direitos das gentes;
 - b - () Da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 10 de dezembro de 1948, em Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas;
 - c - () Da Parte XIII, do Tratado de Versailles, de 1919;
 - d - () Da Declaração de Filadélfia, de 1944;
 - e - () Da Encíclica Rerum Novarum, de 15 de maio de 1891, da autoria do Papa Leão XIII,
10. São elementos do ato administrativo:
- a - () Condição, termo, agente competente, objeto e forma;

- b - () Termo, agente competente, forma, motivo e fim;
- c - () Agente competente, objeto, forma, motivo e fim;
- d - () Fim, agente competente, condição, forma e motivo;
- e - () Agente competente, objeto, forma, motivo e termo.

11. O artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal de 1988, dispõe “in verbis”: “É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

Das assertivas abaixo pode-se afirmar que:

- I - A interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza para prova em processo trabalhista dependerá de ordem do Juiz do Trabalho.
- II - A reprodução fonográfica, ou de outra espécie, faz prova dos fatos ou das coisas representadas se aquele contra quem for produzida lhe admitir a conformidade e, se impugnada, o Juiz ordenará a realização de exame pericial.
- III - Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se fundar a ação ou a defesa.
- IV - São inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos.
- V - Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, sem autorização judicial.

- a - () Somente a assertiva I está correta;
- b - () As assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- c - () A assertiva I está incorreta;
- d - () As assertivas I, III e V estão corretas;
- e - () n.d.a.

12. Após ter levado uma surra de seu desafeto **B**, **A**, com intuito de vingança e para auferir algum lucro, dirige-se à residência daquele. Arromba a porta dos fundos e, penetrando na casa, subtrai um aparelho televisão. Pergunta-se qual o crime cometido por **A**:

- a - () Dano;
- b - () Exercício arbitrário das próprias razões;
- c - () Furto simples;
- d - () Furto qualificado pelo rompimento de obstáculo;
- e - () Abuso de poder.

13. A jurisprudência vem equiparando o trabalho de “digitador” à situação do mecanógrafo, aplicando-lhe o mesmo período de descanso (artigo 72, CLT). Tal raciocínio é:

- a - () Dedutivo;
- b - () Ontológico;
- c - () Axiológico;
- d - () Analógico;
- e - () Epistemológico

14. Pelo princípio da eventualidade no Processo Civil, entende-se que:
- a - () Toda pessoa que se achar no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo;
 - b - () Os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais tutores ou curadores;
 - c - () É defeso às partes e seus advogados empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo;
 - d - () Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados;
 - e - () O Juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mas deverá indicar na sentença os motivos que lhe formaram o convencimento.
15. A execução das contribuições sociais previstas no artigo 195, I e II, da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, decorrentes de sentenças trabalhistas, é da competência:
- a - () Da Justiça Comum Estadual;
 - b - () Da Justiça Federal;
 - c - () Da Justiça do Trabalho;
 - d - () Depende de onde foram inscritas como Dívida Ativa;
 - e - () n.d.a.
16. Do poder disciplinar da Administração e penal do Estado, decorrem as seguintes assertivas, exceto:
- a - () As punições administrativas devem ter caráter medicinal e reeducativo, exceto no caso de dispensa ou demissão em que, pelo menos por presunção, argúi-se a irrecuperabilidade do servidor faltoso;
 - b - () Quanto maior for a correspondência entre a transgressão administrativa ocorrida e apurada e a pena imposta, maiores são as probabilidades de recobrar a regularidade no serviço público afetado;
 - c - () As penas devem, com regularidade, critério e equidade, corresponder, em qualidade e quantidade, à gravidade da falta administrativa cometida;
 - d - () O poder penal, geral e contido na soberania do Estado é exercido pelo Poder Judiciário, regido pelo processo penal, enquanto que o poder disciplinar, de caráter particular é, por sua vez, atividade administrativa, disciplinado pelo Direito Administrativo, segundo normas do processo administrativo;
 - e - () São autônomas a repressão penal e administrativa, que se exercem distintamente, razão pela qual não cabe a coexistência de duas sanções, penal e administrativa, diante da regra do “non bis in idem”.
17. Nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 4.6.1998, os servidores ocupantes de cargo público têm assegurados os seguintes direitos:
- a - () Décimo terceiro salário, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, repouso semanal remunerado;

- b - () Proteção em face da automação, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, repouso semanal remunerado;
- c - () Décimo terceiro salário, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, proteção em face da automação;
- d - () Décimo terceiro salário, reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, repouso semanal remunerado;
- e - () Proteção em face da automação, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

18. Assinale a alternativa correta:

- a - () Na co-autoria não é necessário que os vários agentes realizem as características do tipo penal;
- b - () Dá-se participação quando o sujeito pratica o comportamento descrito no núcleo do tipo;
- c - () A inexistência de liame subjetivo entre os agentes do crime pode configurar a autoria colateral;
- d - () A participação só se dá materialmente, não sendo admitida a participação moral
- e - () Na participação é necessário o acordo de vontade, não bastando que, sem o ajuste, uma vontade se some.

19. Podemos definir atos de comércio como:

- I - Aqueles praticados pelo comerciante no exercício de sua profissão.
- II - Aqueles praticados esporadicamente pelas empresas.
- III - Aqueles assim definidos por lei.
- IV - Aqueles praticados habitualmente pelas empresas civis.
- V - Todos aqueles sujeito à lei comercial.

- a - () Todas as alternativas estão corretas;
- b - () As alternativas I, II e IV estão corretas;
- c - () As alternativas I, III e V estão corretas;
- d - () Somente a alternativa I está correta;
- e - () n.d.a.

20. Com relação à Organização Internacional do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a - () A estrutura orgânica da Organização Internacional do Trabalho é composta pelos seguintes órgãos: Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Repartição Internacional do Trabalho;
- b - () Constituem produção normativa da Organização Internacional do Trabalho as Convenções, Recomendações e Resoluções;
- c - () A Convenção exige a aprovação em duas sessões seguidas, realizadas normalmente em dois anos seguidos, para maior segurança. Já a Recomendação dispensa essa formalidade e pode ser aprovada em uma sessão apenas;

- d - () A Resolução serve para dar seguimento aos procedimentos das normas internacionais da OIT, como se fossem decisões ordinatórias;
- e - () Em 1946, a OIT foi reconhecida pela ONU como organização especializada e competente para questões trabalhistas.

21. Os atos de comércio subjetivos caracterizam-se por serem:

- I - Atos realizados entre o produtor e o consumidor ou de prestação de serviço especial.
- II - Realizados com a finalidade de obtenção de lucros.
- III - Subordinados à vontade do legislador.
- IV - Realizados esporadicamente.
- V - Assim considerados, em função da atividade do agente.

- a - () As assertivas I, II e V estão corretas;
- b - () As assertivas II, III e IV estão corretas;
- c - () As assertivas III, IV e V estão corretas;
- d - () Todas as assertivas estão incorretas;
- e - () n.d.a.

22. Telêmaco é médico de um hospital. Clístenes está internado neste hospital para amputar a perna direita gangrenada em razão de um acidente que sofrera. O médico equivoca-se ao ler a ficha médica do paciente e acaba por amputar-lhe a perna esquerda, saudável. Em tese, Telêmaco pode ser responsabilizado por:

- a - () Lesão corporal dolosa de natureza grave;
- b - () Lesão corporal, mas apenas depois de investigação preliminar realizada pelo Conselho Regional de Medicina;
- c - () Lesão corporal culposa;
- d - () Erro médico de proibição;
- e - () Lesão corporal com dolo eventual.

23. Físsio, advogado de uma empresa, reclamada na Justiça do Trabalho, visando a retardar o andamento de uma execução contra seu cliente, retira em carga os autos da reclamatória. Expirado o prazo legal de carga de autos, é notificado para proceder à sua imediata devolução, ao que não atende. Expede-se mandado de busca e apreensão dos autos e mesmo assim não se consegue reavê-los. Dentre as arroladas abaixo, assinale a alternativa correta:

- a - () O advogado em questão deverá responder pelo crime de Sonegação de Papel ou Objeto de Valor Probatório;
- b - () O Juízo pelo qual tramita o processo deve proceder sumariamente à destituição “ex officio” do procurador;
- c - () O advogado em questão não cometeu crime algum, sendo passível, unicamente, de sanção administrativa a ser imposta pela secção local da Ordem dos Advogados do Brasil;
- d - () O advogado em questão não cometeu crime algum, sendo passível de sanção administrativa a ser imposta pelo próprio órgão judicial;
- e - () O advogado efetivamente cometeu e deve ser responsabilizado pelo crime de Sonegação de Papel ou Objeto de Valor Probatório, mas para ser processado por tal o Juízo

criminal depende de prévia providência disciplinar por parte da Ordem dos Advogados do Brasil.

24. Considere as seguintes assertivas:

- I - Embora o direito ao “*habeas data*” seja personalíssimo, a jurisprudência tem admitido que certos parentes do “*de cujus*” possam utilizar-se desse remédio constitucional para a retificação de dados desabonatórios acerca do falecido.
- II - Os direitos e garantias individuais consagrados pelo artigo 5º da Constituição Federal não propiciam, em geral, a impetração de mandado de injunção.
- III - A lei que contraria a Constituição é considerada nula, em face do princípio da rigidez e da conseqüente supremacia formal da Constituição.
- IV - Podem legislar sobre direito urbanístico a União Federal, os Estados, o Distrito Federal, e, supletivamente, os Municípios.

Assinale a alternativa correta:

- a - () Somente as assertivas I e IV estão certas;
- b - () As assertivas II, III e IV estão certas;
- c - () As assertivas I, III e IV estão certas;
- d - () As assertivas II e IV estão erradas;
- e - () Somente a assertiva III está errada.

25. Entende-se por comerciante:

- a - () A pessoa natural ou jurídica que, com habitualidade, exercita atos de intermediação com intuito de lucro;
- b - () Pessoa natural que exercita atos de intermediação sem a pretensão de lucro, mas com certa habitualidade;
- c - () Somente pessoa jurídica, cujo objeto social é a intermediação de bens e serviços, regularmente registrada na Junta Comercial;
- d - () Todas as alternativas anteriores estão corretas;
- e - () n.d.a.

26. Nos termos da Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98:

- I - As contribuições do empregador a entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes.
- II - As contribuições do empregador a entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes.
- III - A adesão a planos de previdência privada complementar é obrigatória para quem ganha acima de R\$1.200,00 por mês.
- IV - A adesão a planos de previdência privada é facultativa em relação ao regime geral de previdência social.

Das afirmações acima, podemos dizer que:

- a - () I, II são corretas;
- b - () II e IV são corretas;

- c- () III e IV são corretas;
- d- () I e IV são corretas;
- e- () II e III são corretas.

27. Dentre outros motivos, o crime de extorsão distingue-se do estelionato, porque:

- a - () No estelionato, o dolo é subseqüente;
- b - () Na extorsão, o meio utilizado pelo autor para a obtenção de vantagem econômica só pode recair sobre aquele que sofre o dano patrimonial;
- c - () No estelionato, a objetividade jurídica é o patrimônio e a liberdade individual;
- d - () No estelionato, a vítima entrega a coisa iludida pelo agente e, na extorsão, ela é obrigada a entregá-la;
- e - () Na verdade não há diferença entre estelionato e extorsão.

28. As sociedades comerciais resultam de:

- a - () Acordo de uma ou mais pessoas para operação de atividade com fins lucrativos;
- b - () Acordo de mais de duas pessoas que se comprometem a trabalhar juntas visando lucro;
- c - () Registro na Junta do Comércio;
- d - () Acordo de duas ou mais pessoas com o compromisso de unir capital e trabalho para realizar operações com fins lucrativos;
- e - () n.d.a.

29. Na vigência da Emenda Constitucional nº 19, de 4.6.1998, das afirmações abaixo qual é a incorreta:

- a - () O servidor público estável só perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;
- b - () Serão estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício os servidores que forem nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;
- c - () Serão estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores que forem nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;
- d - () Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- e - () Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

30. À vista das afirmações abaixo sobre o Mercosul:

- I - O Tratado de Assunção, firmado na cidade paraguaia do mesmo nome, em 26 de março de 1991, ensejou a criação de um mercado comum, denominado “Mercado Comum do Sul” (Mercosul), a implicar na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países que o firmaram. Esses Estados-Partes, ao firmarem referido tratado, assumiram o

compromisso de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

- II - O compromisso que constou do Tratado de Assunção foi no sentido da harmonização das legislações, nas áreas permanentes exceto quanto à legislação trabalhista e previdenciária, onde foi estabelecido o compromisso de uniformização.
- III - O Mercosul, inicialmente constituído por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, teve sua estrutura institucional estabelecida pelo Protocolo de Ouro Preto e a integração da Bolívia e do Chile, como Estados-Partes, por força do Tratado de Montevidéo.
- IV - Nos termos dos documentos instituidores do Mercosul, as questões trabalhistas e previdenciárias, decorrentes da circulação de trabalhadores, serão dirimidas por um tribunal supranacional, com jurisdição sobre os Estados-Partes.

Assinale as alternativa correta:

- a - () Todas as afirmações estão corretas;
- b - () Todas as afirmações estão erradas;
- c - () Somente uma afirmação é correta;
- d - () Somente uma afirmação é errada;
- e - () Duas afirmações são corretas e duas são erradas.

31. Considere as assertivas abaixo:

- I - Ato de diretoria de entidade privada, agindo apenas como delegatória da autoridade pública, não é passível de mandado de segurança.
- II - Compete ao Estado-Membro estabelecer o horário de funcionamento do comércio no âmbito de seu território.
- III - O Presidente da República não pode delegar nenhuma competência exclusiva.
- IV - A matéria constante do projeto de lei registrado só poderá ser objeto de novo projeto na mesma legislatura se houver proposta da maioria absoluta dos Deputados Federais ou dos Senadores.

Assinale a alternativa correta

- a - () As assertivas I e III estão certas;
- b - () As assertivas III e IV estão certas;
- c - () As assertivas I, II e IV estão erradas;
- d - () Somente a assertiva I está certa;
- e - () Nenhuma das alternativas está correta.

32. São condições indispensáveis à qualidade de comerciante:

- I - O registro na Junta Comercial.
- II - A intermediação.
- III - A especulação.
- IV - A profissionalidade.
- V - Possuir os livros obrigatórios.

- a - () Todas as alternativas estão corretas;

- b - () As alternativas I, II e V estão corretas;
- c - () As alternativas II, III e IV estão erradas;
- d - () As alternativas II, III e IV estão corretas;
- e - () Somente as alternativas I e IV estão corretas.

33. Nos termos da lei que dispõe sobre Planos de Benefícios da Previdência Social, considera-se acidente de trabalho:

- I - O que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do artigo 11 da Lei 8.213, de 24.7.1991, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- II - Doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- III - Doença degenerativa, mesmo não resultante das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele relacionada diretamente.

Das afirmativas acima:

- a - () I, III são corretas;
- b - () I e II são corretas;
- c - () II e III são corretas;
- d - () Apenas I é correta;
- e - () Nenhuma é correta.

34. Invalidadada por sentença judicial a demissão do servidor estável, seu retorno ao cargo se dará mediante:

- a - () Reversão;
- b - () Reintegração;
- c - () Recondução;
- d - () Readmissão;
- e - () Nenhuma das anteriores.

35. Juiz do Trabalho que pratica crime comum será julgado:

- a - () Pelo Juiz competente do lugar da infração;
- b - () Pelo Tribunal de Justiça do Estado onde for cometida a infração;
- c - () Pelo Supremo Tribunal Federal;
- d - () Pelo Superior Tribunal de Justiça;
- e - () Pelo Tribunal Regional Federal do Estado onde for cometida a infração.

36. O advogado orienta, na sala de espera de uma audiência trabalhista, as testemunhas de seu cliente a fazerem afirmação falsa sobre o fato relevante para o deslinde da controvérsia. As testemunhas efetivamente fazem a afirmação falsa quando de seus depoimentos.

Assinale a alternativa correta:

- a - () O advogado é autor imediato do crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal;
- b - () O Advogado é co-autor do crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal;
- c - () O Advogado responde como partícipe de crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal;
- d - () Somente as testemunhas respondem pelo crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal;
- e - () As testemunhas, como foram induzidas, não respondem pelo crime de falso testemunho.

37. Caracteriza-se a falência se o comerciante:

- I - Convoca credores e lhes propõe a dilação, remissão dos créditos ou cessão de bens.
- II - Realiza alienação de parte ou da totalidade do seu ativo.
- III - Proceder à liquidação precipitada.
- IV - Dá garantia real a algum credor.

- a - () Nenhuma das alternativas atende ao enunciado da questão;
- b - () Somente a alternativa III atende ao enunciado da questão;
- c - () As alternativas I e III atendem ao enunciado da questão;
- d - () As alternativas I e IV não atendem ao enunciado da questão;
- e - () As alternativas II, III e IV atendem ao enunciado da questão;

38. Um Sindicato de empregados entabulou com uma empresa acordo coletivo, onde em uma das cláusulas ficou estabelecido que pegaria um valor mensal, mas os empregados não poderiam recorrer ao Judiciário sobre as matérias ali acordadas. A empresa cumpriu regularmente o acordo. Frente às normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a - () A questão não pode ser analisada frente às prescrições constitucionais, pois estas só tratam das relações dos cidadãos com o Estado;
- b - () Os empregados poderão ingressar em Juízo com Mandado de Segurança para verem respeitado direito individual;
- c - () A Constituição assegura o direito de petição aos poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- d - () Os empregados poderão ingressar com reclamação trabalhista e “incidenter tantum” pleitear a nulidade da cláusula, pois a Constituição assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
- e - () os empregados não podem recorrer ao Poder Judiciário, eis que se trata de ato jurídico perfeito.

39. A escolha da época para concessão das férias:

- a - () É a que melhor convenha ao empregado;
- b - () É a que atenda aos interesses do empregador;
- c - () É indiferente, tanto pode o empregado escolher a época de concessão, como o empregador;

- d - () É faculdade atribuída à autoridade local do Ministério do Trabalho;
- e - () É a que melhor atenda aos interesses do empregado, desde que requeridas as férias com antecedência de 90 dias.

40. O repouso interjornadas do jornalista exige um intervalo:

- a - () Mínimo de 02 horas;
- b - () Mínimo de 11 horas;
- c - () Mínimo de 12 horas;
- d - () De 20 minutos após 03 horas de trabalho;
- e - () Mínimo de 10 horas

41. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública Direta, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitações. Em caso de inadimplência por parte do terceiro para com os empregados, a Administração Pública Direta:

- a - () Responde subsidiariamente, pois o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços;
- b - () Responde subsidiariamente quanto às obrigações desde que tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial;
- c - () A irregularidade praticada pela empresa interposta gera vínculo com a administração, salvo no caso de serviço de vigilância (Lei 7.102, de 10.6.83) ou de conservação e limpeza;
- d - () A inadimplência do contrato com referência aos encargos trabalhistas não transfere à Administração Direta a responsabilidade por seu pagamento;
- e - () A Administração Pública Direta responde solidariamente com o contratado pelos encargos trabalhistas resultantes da execução do contrato.

42. Observe as assertivas abaixo:

- I - A prescrição do direito de reclamar férias flui do término do período de concessão mas não se consuma enquanto perdurar o afastamento do serviço, posterior, por motivo de doença, com percepção de auxílio-doença.
 - II - O período aquisitivo de férias não é prejudicado ou alterado pelo afastamento do empregado, com percepção de auxílio-doença por cinco meses.
 - III - É ilegal o fracionamento de férias do empregado menor de 18 anos ou maior de 50 anos.
 - IV - O empregado que pede demissão não tem direito à indenização do período incompleto de férias.
- a - () Todas as afirmativas estão corretas;
 - b - () Só as afirmativas I e II estão corretas;
 - c - () Só as afirmativas III e IV estão corretas;
 - d - () Só as afirmativas II e III estão corretas;
 - e - () Só uma afirmativa está incorreta.

43. No tema da proteção relativa a duração do trabalho:

- I - Tem direito a horas extras o chefe de departamento, ainda que a gratificação percebida importe em 40% do valor do salário do cargo efetivo.
- II - Os intervalos concedidos pelo empregador não previstos em lei são remunerados com acréscimo de no mínimo 50% sobre o valor da hora normal.
- III - O regime de compensação horária deve ser acordado entre empregado e empregador, ainda que tacitamente.

- a - () Todas as afirmativas estão erradas;
- b - () Só as alternativas I e II estão erradas;
- c - () Só as alternativas II e III estão erradas;
- d - () Só as alternativas I e III estão erradas;
- e - () Todas as afirmativas estão corretas..

44. Duas testemunhas encontram-se na sala de espera de uma audiência trabalhista. Após ligeira discussão, uma delas atira a bolsa contra a outra, com o indiscutível propósito de ofender sua integridade física. Não atinge o alvo desejado, mas o vidro de uma das portas do prédio, estilhaçando-o e causando, dessa forma, prejuízos ao patrimônio público. Tais fatos evidenciam a ocorrência de uma das infrações abaixo:

- a - () Dano;
- b - () Tentativa de lesões corporais;
- c - () Dano e tentativa de lesões corporais (concurso material);
- d - () Dano e tentativa de lesões corporais (concurso formal);
- e - () Ausência de fato punível.

45. O Regime Geral da Previdência Social compreende as seguintes prestações, dentre outras:

- a - () Salário-maternidade, aposentadoria especial e estabilidade acidentária;
- b - () Auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte;
- c - () Previdência privada complementar, auxílio-acidente e aposentadoria por tempo de serviço;
- d - () Estabilidade no emprego à gestante, reabilitação profissional e salário-família;
- e - () Serviço social, reabilitação profissional e estabilidade acidentária.

46. Na competência privativa da Assembléia Geral Ordinária obrigatória das sociedades anônimas inclui-se:

- I - Deliberar sobre avaliação de bens com que o acionista concorrer para formação do capital social.
- II - Deliberar sobre a cisão da companhia.
- III - Autorizar o administrador e confessar a falência.
- IV - Decidir sobre a distribuição de dividendos.

- a - () Todas as alternativas estão corretas;
- b - () Nenhuma alternativa está correta;
- c - () Somente as alternativas II e III estão corretas;
- d - () Somente a alternativa IV está correta;

e - () As alternativas II e IV estão incorretas.

47. Nos termos do artigo 889 da CLT, aos trâmites e incidentes do processo de execução são aplicáveis os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

Das assertivas abaixo, pode-se afirmar que:

I - A execução quanto a procedimento trabalhista é regulada em primeiro lugar pelo que determina a CLT e pelas leis que a complementam; em segundo, pela lei dos executivos fiscais; em terceiro pelo CPC.

II - A execução trabalhista é regulada pelas leis dos executivos fiscais, pelo CPC e pelo Código Tributário Nacional, eis que a CLT não possui regras abrangentes.

III - A execução trabalhista é regulada somente pelo CPC que estabelece com detalhes todo o processo executivo.

IV - Por força do artigo citado, somente é aplicável no processo do trabalho a lei dos executivos fiscais, pois aos trâmites e incidentes do processo de execução trabalhista, são aplicáveis os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais.

V - A CLT possui regras próprias para a execução, não se aplicando outras leis, eis que incompatíveis com os princípios da celeridade e concentração que norteiam o processo trabalhista.

a - () As assertivas I, III IV e V estão incorretas;

b - () As assertivas I, II, III e IV estão corretas;

c - () Todas as assertivas estão corretas;

d - () As assertivas II, III, IV e V estão corretas;

e - () n.d.a.

48. Assinale a alternativa incorreta:

a - () O salário mínimo pago em dinheiro será igual ou superior a 30% de seu valor legal, independentemente da expressão econômica das utilidades fornecidas;

b - () A orientação atual, vinda do Colendo TST, assegura adicional de periculosidade, integral, ainda que intermitente o labor em condições perigosas;

c - () O Presidente da CIPA não poderá sofrer despedida arbitrária entendida como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico e financeiro;

d - () O sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não cabendo a repercussão do pagamento de horas extras habituais sobre a sua remuneração, salvo negociação individual ou coletiva;

e - () A escala de sobreaviso do ferroviário será, no máximo, de 24 horas e a de prontidão observará o limite de 12 horas.

49. A retratação, como causa extintiva da punibilidade, só é cabível nos crimes:

a - () De injúria, calúnia e difamação;

b - () De falso testemunho e falsa perícia;

c - () Exclusivamente de ação privada;

d - () De calúnia, difamação e falso testemunho;

e - () De injúria, falsidade documental e pericial.

50. Os embargos de terceiro, no processo trabalhista:

- a - () Caracterizam-se como incidentes da execução, suspendendo-a, remetendo-se os autos à Justiça Comum para decisão;
- b - () Podem ser opostos até 5 (cinco) meses após a expedição da carta de arrematação/adjudicação;
- c - () São processados e julgados com adoção subsidiária de normas do processo comum;
- d - () Caracterizam-se como ação autônoma e o recurso cabível da decisão é o agravo de instrumento;
- e - () n.d.a.

51. Assinale a alternativa incorreta:

- a - () O intervalo concedido ao empregado que trabalha no interior de câmara frigorífica, vinte minutos após uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, não é computado como tempo de serviço;
- b - () O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas e meia;
- c - () Faz jus ao salário do período de férias escolares o professor despedido sem justa causa ao término do ano letivo;
- d - () É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de dezoito anos;
- e - () Em caso de aborto não criminoso a empregada terá um repouso remunerado de duas semanas.

52. Observe as afirmações abaixo:

- I - O contrato de experiência pode ser prorrogado mais de uma vez desde que não ultrapassado o limite máximo de noventa dias.
- II - Em caso de falência da empresa fornecedora de mão-de-obra, a empresa tomadora é solidariamente responsável pelos débitos trabalhistas e previdenciários daquela.
- III - De acordo com a jurisprudência do Colendo TST, as diárias de viagem integram a remuneração do empregado somente naquilo em que excedem 50% do salário.
- IV - A gratificação por tempo de serviço paga mensalmente não repercute no cálculo do repouso semanal, de acordo com o Enunciado da Sumula do Colendo TST.
- V - Qualquer que seja a modalidade remuneratória, o pagamento dos salários observará a periodicidade máxima de 1 mês.

- a - () Todas as afirmativas são falsas;
- b - () 4 alternativas são falsas;
- c - () 3 alternativas são falsas;
- d - () 2 alternativas são falsas;
- e - () 1 alternativa é falsa.

53. Em relação ao salário do empregado:

I - Não havendo estipulação de salário, o empregado terá direito ao salário mínimo, salvo se demonstrar a existência de paradigma que exerça função idêntica com maior remuneração.

II. - Trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física atestada pelo órgão competente não serve de paradigma para fins de equiparação salarial.

III. - De acordo com o entendimento sumulado no Colendo TST, empregado cedido não pode postular equiparação salarial com paradigma que presta serviços à cedente mesmo que esta responda pela remuneração de ambos.

- a - () Todas as alternativas são falsas;
- b - () As alternativas I e II são falsas;
- c - () As alternativas II e III são falsas;
- d - () As alternativas I e III são falsas;
- e - () Só uma alternativa é falsa.

54. Quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:

I - O direito vigente admite casos de acumulação do benefício da estabilidade definitiva com a proteção do regime do FGTS;

II. - As normas que regulamentam o FGTS obrigam o empregador a efetuar os depósitos mensais, mesmo que o empregado esteja afastado do serviço por motivo de acidente de trabalho com percepção do benefício previdenciário.

III. - Todas as parcelas integrantes da remuneração do empregado, habituais ou não, inclusive utilidades, devem ser levadas em consideração para efeito de depósitos a cargo do empregador.

IV. - O sindicato, independente de outorga de poderes pelo empregado, tem legitimidade para propor ação contra empresa, objetivando a regularização dos depósitos do FGTS.

- a - () Todas as alternativas estão corretas;
- b - () A alternativa I está incorreta;
- c - () A alternativa II está incorreta;
- d - () A alternativa III está incorreta;
- e - () A alternativa IV está incorreta.

55. A concessão de prestações pecuniárias, pela Previdência Social, depende do seguintes períodos de carência:

- a - () Não há carência para o recebimento de auxílio-doença;
- b - () Doze contribuições mensais, para o recebimento de auxílio-doença;
- c - () Doze contribuições mensais, para o recebimento do auxílio-acidente;
- d - () Cento e vinte contribuições mensais, para o recebimento de aposentadoria por idade;
- e - () O Regime Geral da Previdência Social não estabelece períodos de carência para concessão de prestações pecuniárias.

56. Assinale a alternativa correta:

- a - () O recibo de quitação da rescisão do contrato mantido com o empregado público que tenha mais de um ano de serviço só será válido com assistência sindical ou das

autoridades mencionadas nos parágrafos do artigo 477 da CLT, observada a ordem ali prevista;

b - () Não se somam períodos descontínuos de trabalho se o primeiro contrato foi desfeito por iniciativa do empregado, sem justa causa;

c - () Segundo o parágrafo 5º do artigo 477 da CLT, qualquer compensação praticada no recibo de quitação final não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado;

d - () O empregador que, sem justo motivo, não liquidar as obrigações que resultem do despedimento imotivado, valores incontroversos, na data da audiência inaugural, responderá pelo pagamento em dobro, além de atualização monetária e juros moratórios;

e - () Todas as afirmativas acima estão corretas.

57 - São exemplos de crimes em que a tentativa é equiparada à consumação:

a - () Segundo a doutrina, alguns dos previsto na Lei do Abuso da Autoridade, nº 4898/65;

b - () Aqueles cometidos contra a pessoa;

c - () Segundo a jurisprudência, todos os previstos, quer no Código Penal, quer na legislação extravagante, pois todos os crimes admitem tentativa;

d - () As contravenções penais, em virtude de expressa determinação legal;

e - () Todos os crimes previstos na Lei 6368/76, sobre tóxicos.

58. Quanto à alteração do contrato de trabalho:

I - É ilegal a determinação do empregador para que o empregado reverta ao cargo efetivo, mesmo que preservado o ganho da função de confiança, se esta vem sendo exercida há mais de dez anos;

II - As despesas resultantes da transferência do empregado por determinação do empregador correm por conta deste, ainda que definitiva e decorrente da extinção de um de seus estabelecimentos;

III - A cláusula contratual de transferibilidade do empregado pode ser escrita ou verbal, expressa ou implícita.

a - () Todas as assertivas estão corretas;

b - () As assertivas I e II estão corretas;

c - () As assertivas I e III estão corretas;

d - () As assertivas II e III estão corretas

e - () Apenas uma alternativa está correta.

59 - A responsabilidade solidária dos sócios pelo total do capital subscrito caracteriza a:

a - () Sociedade anônima;

b - () Sociedade comercial;

c - () Sociedade por cota de responsabilidade limitada;

d - () Sociedade de fato;

e - () n.d.a.

60 - Quanto ao desfazimento do contrato, é correto afirmar:

- a - () Ocorrendo paralisação definitiva das atividades empresariais por ato de autoridade, “factum principis”, o governo responsável arcará com indenização e quaisquer outros créditos do empregado;
- b - () A força maior, no âmbito do Direito do Trabalho, reduz à metade a indenização devida e prevista para o caso de rescisão imotivada do contrato por iniciativa patronal;
- c - () A continuidade da prestação de serviços é incompatível com a alegação de justa causa patronal;
- d - () É de trinta dias o prazo decadencial para propositura do inquérito para apuração de falta grave do empregado estável, contado da prática do ato faltoso;
- e - () Todas as assertivas acima são incorretas.

61 - Dentre as Convenções da OIT, relacionamos as seguintes:

- I - Convenção nº 87, que trata da liberdade sindical.
- II - Convenção nº 89, que trata do trabalho noturno das mulheres na indústria.
- III - Convenção nº 103, que trata do amparo à maternidade.
- IV - Convenção nº 157, que trata da preservação dos direitos em matéria de seguridade social.
- V - Convenção nº 158, que trata do término da relação de trabalho por iniciativa do empregador.
- VI - Convenção nº 162, que trata da utilização do amianto com segurança.

Dessas Convenções, o Brasil ratificou e não denunciou as constantes dos itens:

- a - () I, III e V;
- b - () II, V e VI;
- c - () I, II e III;
- d - () IV, V e VI;
- e - () II, III e VI.

62 - Quanto às normas coletivas:

- I - As convenções e acordos coletivos devem conter prazo de vigência não superior a dois anos
- II - O entendimento sumulado na mais alta Corte Trabalhista é no sentido de que as condições de trabalho estipuladas em sentença normativa vigoram apenas no prazo assinado, não integrando os contratos de forma definitiva.
- III - As convenções e acordos entram em vigor na data da entrega dos mesmos no órgão regional do Ministério do Trabalho.

- a - () Todas as assertivas estão corretas;
- b - () Estão corretas as assertivas I e II;
- c - () Estão corretas as assertivas I e III;
- d - () Estão corretas as assertivas II e III;
- e - () Só uma afirmativa está correta.

63 - Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- I - Originariamente em caráter definitivo, as demandas intersindicais relativas à base territorial
- II - Mediante lei, qualquer controvérsia oriunda da relação de trabalho.

III - Ação de servidor estatutário, relativamente a vantagens trabalhistas do período celetista anterior à instituição do regime único.

IV - Ação trabalhista contra Estado estrangeiro, ainda que eventualmente decida pela imunidade de jurisdição.

- a - () Todas as assertivas estão corretas;
- b - () As assertivas I, II e III estão corretas;
- c - () As assertivas I, III e IV estão corretas;
- d - () As assertivas II, III e IV estão corretas;
- e - () Somente duas assertivas estão corretas.

64 - A deseja matar seu marido. Determinada manhã, ministra pequena porção de veneno, idônea para causar o óbito de uma pessoa, no café de seu esposo. O jovem bebe toda a infusão sem se aperceber do que se sucede. Alguns momentos depois começa a passar mal. A, arrependida, tenta salvá-lo, induzindo-o a vomitar. Obtém sucesso e salva o rapaz. Tal desenrolar fático caracteriza:

- a - () Desistência voluntária;
- b - () Arrependimento eficaz;
- c - () Arrependimento posterior;
- d - () Crime impossível;
- e - () Impossibilidade jurídica de subsunção do fato à norma.

65 - A execução provisória é cabível quando:

- a - () A sentença exequenda houver sido atacada por recurso recebido no duplo efeito;
- b - () A sentença exequenda houver sido atacada por recurso recebido no duplo efeito visando à reforma de apenas uma parte da condenação;
- c - () A sentença exequenda houver sido atacada por recurso recebido somente no efeito devolutivo;
- d - () A sentença exequenda não houver sido atacada por qualquer recurso;
- e - () n.d.a.

66 - A contribuição a cargo do empregador doméstico, destinada à seguridade social é de:

- a - () 8% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço;
- b - () 12% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço;
- c - () 20% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço;
- d - () Varia entre 8% e 20%, de acordo com o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço;
- e - () n.d.a.

67 - Assinale a alternativa incorreta:

- a - () As Juntas de Conciliação e Julgamento poderão funcionar com qualquer número sendo indispensável a presença do Presidente, cujo voto prevalecerá em caso de empate;
- b - () Nas Turmas dos Tribunais Regionais do Trabalho, é indispensável a presença dos Juízes Classistas para o funcionamento do órgão;
- c - () Declarado o impedimento de um Juiz Classista, qualquer que seja o órgão que ele integre, é indispensável a convocação do suplente, pena de nulidade;

- d - () Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento julgar as exceções de suspeição argüidas contra seus membros;
- e - () O Juiz Presidente e os Juízes Classistas da Junta tomam posse perante o Presidente do Tribunal Regional.

68. É correta a afirmação, nos termos da Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, com relação ao salário-família:

- a - () Pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei;
- b - () Pago em razão do dependente do trabalhador, independentemente do salário deste;
- c - () Pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, limitado a dois filhos;
- d - () Pago em razão do dependente do trabalhador, independentemente da renda familiar deste, mas limitado a dois filhos;
- e - () n.d.a.

69. Com relação à Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, que estabeleceu idade mínima para o trabalho em 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, é correta a seguinte afirmação:

- a - () Não contraria a Convenção nº 5, da OIT, adotada pelo Brasil em 1935, porquanto proibitiva, esta, do trabalho do menor de 14 anos;
- b - () Não contraria a Convenção nº 81, da OIT, readotada pelo Brasil em 1947, porquanto proibitiva, esta, do trabalho do menor de 14 anos.
- c - () O Brasil denunciou a Convenção nº 5, da OIT;
- d - () O Brasil denunciou a Convenção nº 81 da OIT;
- e - () O novo limite mínimo de idade para o trabalho corresponde ao estabelecido pela OIT.

70. Assinale a alternativa incorreta:

Conforme previsão constitucional, são direitos dos trabalhadores;

- a - () Seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário; piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- b - () Salário-família para os seus dependentes; duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 25% à do normal;
- c - () Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que recebem remuneração variável; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- d - () Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- e - () Licença à gestante, sem prejuízo do emprego do salário, com a duração de 120 dias; licença paternidade nos termos fixados em lei.

71. Das assertivas abaixo, em Direito Processual do Trabalho, pode-se afirmar que:

I - Quando houver licitantes em praça ou leilão, o exequente tem preferência sobre o arrematante para a adjudicação do bem levado à hasta pública, pelo valor correspondente ao do lance vitorioso; tal preferência sobrepõe-se, inclusive, a eventual legitimado à remição.

II - Quando findar negativa a praça ou o leilão, assiste ao exequente o direito à adjudicação dos bens penhorados pelo valor mínimo do seu crédito.

III - O exequente não pode adjudicar os bens constrictos antes da praça ou leilão, pela sistemática da CLT.

- a - () Apenas a assertiva I está correta;
- b - () Apenas a assertiva III está correta;
- c - () As assertivas I e III estão corretas;
- d - () As assertivas I, II e III estão corretas;
- e - () n.d.a.

72. Assinale a alternativa correta:

a - () Somente quando expressamente previsto em contratos coletivos ou individuais de trabalho é que o fato de a mulher haver contraído matrimônio pode constituir-se justo motivo para rescisão do contrato de trabalho;

b - () É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até 6 (seis) meses após o parto;

c - () É direito do trabalhador a acumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade;

d - () O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão de contrato de trabalho, firmado por empregado com 6 (seis) meses de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante autoridade do Ministério do Trabalho;

e - () O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

73. São formalidades extrínsecas necessárias à validade dos livros obrigatórios;

I - Serem os mesmos encadernados, numerados e selados.

II - Serem escritos de forma mercantil.

III - Serem escritos na língua pátria.

IV - Conter termo de abertura e encerramento.

V - Serem os mesmos rubricados em todas as folhas por um dos membros da Junta Comercial

- a - () Todas estão corretas;
- b - () Todas estão incorretas;
- c - () As alternativas I, II e III estão corretas;
- d - () Somente as alternativas I, IV e V estão corretas;
- e - () As alternativas II, IV e V estão incorretas.

74. O Conselho de Administração é obrigatório:

- I - Nas sociedades por cotas.
- II - Nas de capital autorizado.
- III - Nas companhias abertas.
- IV - Nas sociedades de economia mista.
- V - Nas sociedades de fato.

- a - () Todas as alternativas estão corretas;
- b - () Somente a alternativa III está correta;
- c - () As alternativas I e II estão corretas;
- d - () Somente a alternativa I está correta;
- e - () Todas as alternativas estão incorretas.

75. Observe as assertivas abaixo:

- I - Os prazos processuais contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e podem ser prorrogados pelo Juiz, em virtude de força maior devidamente comprovada.
- II - A notificação postal presume-se recebida quarenta e oito horas depois de sua regular expedição, admitindo-se prova em contrário.
- III - As custas processuais no inquérito para apuração de falta grave são calculadas sobre 6 (seis) vezes o salário do requerido.
- IV - Ainda que beneficiado o empregado pela gratuidade de justiça, o sindicato que o assistiu é responsável pelo pagamento das custas processuais.
- V - A União Federal, Estados, Municípios e Autarquias ou Fundações de Direito Público que não explorem atividade econômica estão dispensadas do preparo recursal, pagando custas a final.

- a - () Todas as assertivas estão corretas;
- b - () Quatro assertivas estão corretas;
- c - () Três assertivas estão corretas;
- d - () Três assertivas estão incorretas;
- e - () Somente uma assertiva está correta.

76. O modelo da organização sindical adotado na Constituição de 1988 consagra princípio:

- I - Do sindicato único.
- II - Da pluralidade sindical.
- III - Do enquadramento sindical fundado, exclusivamente, no critério da profissão dos empregados.
- IV - Da obrigatoriedade de participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- V - Da filiação facultativa do empregado ao sindicato.

Das proposições acima, assinale a alternativa correta:

- a - () Apenas a afirmativa I está incorreta;
- b - () As afirmativas I, IV e V estão corretas e as II e III estão incorretas;

- c - () As afirmativas I e III estão incorretas;
- d - () As afirmativas I e III estão corretas e as II, IV e V estão incorretas;
- e - () Apenas a afirmativa II está incorreta.

77. Nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 4.6.1998, a administração pública indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos seguintes princípios:

- a - () Legalidade, impessoalidade, representatividade, publicidade e eficiência;
- b - () Discricionariedade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- c - () Representatividade, discricionariedade, moralidade, publicidade e eficiência;
- d - () Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- e - () Legalidade, impessoalidade, representatividade, publicidade e eficiência.

78. Observe as afirmativas abaixo:

I - Quando do pagamento da execução, o reclamado deverá fazer as retenções legais incidentes sobre os valores devidos, ainda que a sentença houver sido omissa quanto à matéria.

II - O excesso de penhora ou de execução caracterizam-se, respectivamente, pelo cálculo da condenação acima do deferido na sentença e apreensão de bens em valor muito superior ao executado.

III - É de dez dias o prazo para Embargos à Arrematação, na Justiça do Trabalho.

IV - São objeto de julgamento nos Tribunais Regionais do Trabalho, em Recurso Ordinário, todas as questões suscitadas pelas partes, ainda que não decididas por inteiro no primeiro grau.

- a - () Estão corretas as assertivas I e II;
- b - () Estão corretas as assertivas I e III;
- c - () Estão corretas as assertivas I e IV;
- d - () Estão corretas as assertivas II e IV;
- e - () Estão corretas as assertivas II e III.

79. Da imprescritibilidade e da impenhorabilidade dos bens públicos, decorrem as seguintes assertivas, exceto:

- a - () Subsiste impossibilidade de invocação de usucapião sobre eles;
- b - () Ninguém os pode adquirir enquanto guardarem essas condições;
- c - () Subsiste impossibilidade de incidência de execução forçada;
- d - () A ocupação por particular somente implica na mudança de domínio se não houver manifestação da Administração após vinte anos;
- e - () Tem por finalidade, sobretudo, a preservação dos bens públicos, protegendo-os até contra a negligência da própria Administração.

80. As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa:

- a - () Começam a vigor a contar da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não, e nunca beneficiam empregados de empresas distribuidoras ou corretoras de títulos e valores imobiliários;
- b - () Vigoram pelo prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos;

- c - () Estendem-se, necessariamente, a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal que julgou o dissídio;
- d - () Findo o prazo de sua vigência, tem prorrogação automática, independentemente de revisão pelo Tribunal competente, em face da ampliação do poder normativo da Justiça do Trabalho;
- e - () Transformam-se em regulamento de empresa, frustrada a convenção coletiva.

81. Quanto ao valor probante dos livros comerciais é correto afirmar que:

- a - () Em relação aos comerciantes, não admitem prova em contrário;
- b - () Em relação aos não comerciantes, pode ser destituído por qualquer gênero de prova admitida no comércio;
- c - () Para fazerem “prova plena”, há necessidade de existência de outros documentos que os fundamentem;
- d - () Os livros comerciais suprem a exigência de que determinada prova seja feita através de instrumento público ou particular;
- e - () n.d.a.

82. É correta a afirmativa no sentido de que:

- a - () É mercantil toda sociedade de responsabilidade limitada, mesmo que seu objeto seja civil;
- b - () Omitida da firma ou da denominação a palavra “Limitada” serão havidos como solidária e ilimitadamente responsáveis os sócios gerentes e os que fizerem uso da firma social;
- c - () Para que a cota social possa ser penhorada por dívida de seu titular, não é preciso que o contrato social preveja poder ser ela cessível a terceiro, sem anuência dos demais sócios;
- d - () Mesmo em caso de falência não há solidariedade de todos os sócios pela parte que faltar para preenchimento das cotas não integralizadas ou liberadas;
- e - () É lícito ao sócio ceder a um terceiro, que não seja sócio, a parte que tiver na sociedade, independentemente da anuência dos demais sócios.

83. Assinale a afirmação correta:

- a - () Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes da Previdência Social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei;
- b - () Somente os ganhos habituais do empregado, a título de salário, serão considerados para efeitos de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios previdenciários;
- c - () A Constituição Federal assegura ao dependente do trabalhador doméstico o direito ao salário-família;
- d - () É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos;
- e - () A lei não assegura à trabalhadora avulsa direito ao salário-maternidade.

84. Em uma execução trabalhista, um determinado bem do executado é levado à praça. O arrematante garante o lance com o sinal de lei e o exequente requer a adjudicação. Após os atos de iniciativas do arrematante e do exequente, mas antes da homologação da arrematação ou adjudicação, o executado ofereceu preço igual ao da avaliação do bem. Nesta hipótese, o Juiz deverá:

- a - () Mandar adjudicar o bem em favor do exequente pelo valor do maior lance;
- b - () Homologar a arrematação;
- c - () Deferir a remição;
- d - () Decidir por equidade;
- e - () Mandar adjudicar o bem se o valor do crédito do exequente for igual ao valor do maior lance.

85. Adotando o Regime Único Celetista, os princípios da administração pública insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

- a - () Não serão obedecidos pela administração pública, pois no regime celetista aplicam-se os princípios e regras da administração privada;
- b - () Não serão observados pela administração pública direta dos Estados e Municípios;
- c - () Serão observados pela administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ;
- d - () Serão observados apenas pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União;
- e - () Não serão observados pela administração pública indireta dos Estados e Municípios.

86. É correto afirmar, em relação à atualização monetária e aos juros moratórios, no Processo do Trabalho, que incidem a contar:

- a - () Do ajuizamento da ação;
- b - () Da exigibilidade do crédito;
- c - () Do ajuizamento da ação e da exigibilidade do crédito respectivamente;
- d - () Da exigibilidade do crédito e do ajuizamento da ação respectivamente;
- e - () Da cessação do contrato.

87. Com referência à figura do sócio-gerente nas sociedades de responsabilidade limitada, é falso afirmar:

- a - () O sócio-gerente não responde pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade;
- b - () Desde que haja dentro da legalidade, segundo as normas do contrato e da lei, o sócio-gerente está imune á responsabilidade;
- c - () Quando se tratar de contribuição previdenciária descontada do empregado, mas não recolhidas pela sociedade, o sócio-gerente não responderá pessoal e ilimitadamente por esse ato;
- d - () O sócio-gerente pode ser destituído em qualquer hipótese, não comportando exceção;

e - () Todas as afirmativas estão corretas.

88. Em matéria de competência internacional da Justiça do Trabalho valem as afirmações abaixo, exceto:

a - () A Justiça do Trabalho é competente para apreciar reclamação trabalhista contra entes de Direito Internacional Público;

b - () A Justiça do Trabalho, em reclamação trabalhista contra entes de Direito Internacional Público, é competente para decidir preliminar de imunidade de jurisdição;

c - () Os entes de Direito Internacional Público detém imunidade de jurisdição e de execução;

d - () Os entes de Direito Internacional Público detém imunidade de execução;

e - () Nos termos do artigo 14, da Constituição Federal de 1988, os entes de Direito Internacional Público perderam as imunidades de jurisdição e de execução.

89. Assinale a alternativa incorreta:

a - () Na fase de liquidação de sentença trabalhista, a abertura de prazo às partes para impugnação de conta é faculdade do juiz;

b - () A impugnação deve ser fundamentada, quanto a itens e valores objeto de discordância sob pena de preclusão;

c - () A citação do executado no processo do trabalho é feita por via postal e tem ele 48 horas para pagar ou garantir a execução, salvo casos previstos em lei;

d - () Nos embargos, o executado poderá renovar impugnação apresentada em fase de liquidação, relativamente à conta homologada;

e - () A CLT não prevê explicitamente qualquer título executivo extra judicial.

90. A respeito das sociedades de economia mista é correto afirmar:

a - () É a entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, criada por lei para o exercício de atividade de natureza mercantil, sob a forma de sociedade anônima cujas ações com direito de voto pertençam, em maioria, à União ou à entidade da Administração indireta;

b - () A sociedade de economia mista, que é controlada pelo Estado por explorar atividade econômica, sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;

c - () A companhia de economia mista não está sujeita à falência, mas os seus bens são penhoráveis e executáveis, e a pessoa jurídica que a controla responde, subsidiariamente, pelas suas obrigações;

d - () As sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado;

e - () Todas as alternativas estão corretas.

91. Como um dos poderes da Administração, o poder disciplinar exercido pelos órgãos da Justiça do Trabalho caracteriza-se:

a - () Atividade administrativa e jurisdicional, regida pelo Direito Administrativo, segundo normas do Processo Administrativo e Judiciário;

- b - () Atividade jurisdicional, regida pelo Direito Administrativo, segundo normas do Processo Judiciário;
- c - () Atividade administrativa, regida pelo Direito Administrativo, segundo normas do Processo Administrativo;
- d - () Atividade administrativa, regida pelo Direito Administrativo, segundo normas do Processo Administrativo e Judiciário;
- e - () Atividade jurisdicional, regida pelo Direito Administrativo, segundo normas do Processo Administrativo.

92. Em caso de falecimento do empregado optante:

- a - () Os juros capitalizados e a correção monetária reverterão para o fundo de reserva do FGTS;
- b - () A conta vinculada em seu nome será transferida para seus dependentes habilitados perante a Previdência Social e entre eles rateada;
- c - () O valor dos depósitos será pago somente mediante alvará judicial, aos herdeiros do *de cuius*, pelo banco depositário;
- d - () O valor dos depósitos, inclusive juros e correção monetária, será colocado à disposição do juízo do inventário e a conta poderá ser movimentada pelo inventariante;
- e - () n.d.a.

93. Quanto ao estabelecimento comercial, é correto afirmar, à exceção de:

- a - () Como coisa móvel e como universalidade de fato, ou ainda, como bem incorpóreo, o estabelecimento comercial pode ser cedido ou vendido, empenhado e desapropriado ;
- b - () Para cessão ou venda do estabelecimento comercial, a lei exige instrumento público;
- c - () Os bens que o integram são classificados em duas grandes categorias: corpóreos e incorpóreos;
- d - () Os créditos advindos da exploração do comércio constituem elementos do fundo de comércio;
- e - () As dívidas não integram o fundo de comércio.

94. O princípio “*lex loci executiones*” significa que:

- a - () A execução de decisões judiciais decorrentes de litígios trabalhistas observará a lei processual do lugar;
- b - () A execução de decisões judiciais decorrentes de litígios trabalhistas observará a lei processual do lugar, se estabelecido foro de eleição;
- c - () A relação jurídica trabalhista será regida pelas leis vigentes no país da prestação dos serviços, e não por aquelas do local da contratação;
- d - () A relação jurídica trabalhista será regida pelas leis vigentes no país local da contratação da prestação dos serviços, por força da soberania desse;
- e - () n.d.a.

95. Quanto às audiências trabalhistas:

I - Os maiores de 18 anos poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência dos seus pais.

II - A intimação pessoal do reclamante é indispensável para o arquivamento da reclamatória bem como para a aplicação da pena de confissão.

III - Consoante orientação jurisprudencial do TST, é revel o reclamado ausente à audiência em que deveria apresentar a sua defesa, ainda que presente seu advogado munido de procuração.

- a - () Todas as assertivas estão incorretas;
- b - () As assertivas I e II estão incorretas;
- c - () As assertivas I e III estão incorretas;
- d - () As assertivas II e III estão incorretas;
- e - () Somente uma afirmativa está incorreta.

96. Assinale a alternativa correta:

- a - () O administrador da sociedade anônima não é responsável pessoalmente pelas obrigações que contrair em nome da sociedade, sem exceção;
- b - () Para constituição de uma sociedade anônima é necessário um mínimo de 07 (sete) acionistas;
- c - () Na sociedade anônima, é lícito aos diretores constituírem mandatários da companhia, devendo ser especificados no instrumento os atos que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado;
- d - () A Comissão de Valores Mobiliários não poderá influir na eleição para os cargos de administração de uma sociedade anônima;
- e - () As alternativas “a” e “d” estão corretas.

97. A edição de normas reguladoras para o cancelamento do registro de sociedade anônima de capital aberto é da competência:

- a - () Do Poder Legislativo;
- b - () Do Banco Central do Brasil;
- c - () Do Ministro da Fazenda;
- d - () Do Poder Executivo;
- e - () Da Comissão de Valores Mobiliários.

98. Diante das afirmações abaixo:

1º - Há poder vinculado quando autoridade, ante determinada circunstância, é obrigada a tomar decisão determinada, pois sua conduta é ditada previamente pela norma jurídica.

2º - Poder discricionário é a faculdade conferida à autoridade administrativa de, ante certa circunstância, escolher uma entre várias soluções possíveis.

3º - Poder-dever significa que a autoridade detém poderes para praticar o ato administrativo e está obrigada a praticá-lo, quando os fatos e as circunstâncias ocorrerem, não cabendo discricionariedade quanto à decisão de praticá-lo.

Podemos afirmar que:

- a - () Estão todas corretas;
- b - () Somente a 1ª é correta;

- c - () Somente a 2ª é correta;
- d - () Somente a 3ª é correta;
- e - () Nenhuma é correta.

99. Assinale a alternativa correta, no que tange à representação ao Ministério Público para “iniciar processo-crime contra autoridade culpada”, nos crimes de abuso de autoridade:

- a - () É uma condição de procedibilidade;
- b - () É uma condição objetiva de punibilidade;
- c - () É elemento do crime;
- d - () É circunstância do crime;
- e - () Não é condição de procedibilidade, sendo a ação dos crimes de abuso de autoridade de ação penal pública incondicionada.

100. A Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, modificou o sistema de previdência social. Com base nas modificações assinale a afirmação correta:

- a - () O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, nos termos da lei;
- b - () O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar;
- c - () O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo ao trabalhador de baixa renda e obrigatório aos demais;
- d - () O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, exclui o regime geral de previdência social a seus participantes;
- e - () n.d.a.

XIV Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 15ª Região

01 - D	21 - A	41 - D	61 - E	81 - B
02 - B	22 - C	42 - E	62 - B	82 - B
03 - B	23 - A	43 - A	63 - D	83 - A
04 - A	24 - E	44 - B	64 - B	84 - A
05 - B	25 - A	45 - B	65 - C	85 - C
06 - B	26 - D	46 - D	66 - B	86 - D
07 - A	27 - D	47 - E	67 - E	87 - Anulada
08 - B	28 - D	48 - C	68 - A	88 - E
09 - C	29 - B	49 - D Anulada	69 - A	89 - C

10 - C	30 - C	50 - C	70 - B	90 - D
11 - C	31 - C	51 - A	71 - B	91 - C
12 - D	32 - D	52 - C	72 - E	92 - B
13 - D	33 - B	53 - D	73 - D	93 - B
14 - D	34 - B	54 - A	74 - D Anulada	94 - C
15 - C	35 - E	55 - B	75 - C	95 - E
16 - E	36 - C	56 - C	76 - B	96 - C
17 - A	37 - C	57 - A	77 - D	97 - E
18 - C	38 - D	58 - D	78 - C	98 - A
19 - C	39 - B	59 - C	79 - D	99 - E
20 - C	40 - E	60 - B	80 - B	100-B